

## A BATALHA DE ALMANSA – O SANGUE DA AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL

---

Tenente-Coronel Mestre JOÃO VIEIRA BORGES\*

“Não se diminuiu em coisa alguma a reputação das nossas tropas que batalharam muito...”<sup>1</sup>

### 1. Introdução

A 25 de Abril de 1707, um exército Aliado de cerca de 16.000 homens, sob o comando do 2.º marquês das Minas e do conde de Galway foi derrotado em Almansa,<sup>2</sup> no âmbito da Guerra da Sucessão de Espanha (GSE), por um exército com cerca de 25.400 homens sob o comando do duque de Berwick, designado Exército das Duas Coroas. Depois de um sucesso grandioso para os aliados, com a conquista de Madrid a 28 de Junho de 1706 ainda com D. Pedro II<sup>3</sup> no trono de Portugal, D. João V iniciava o seu reinado com uma derrota militar que, para muitos analistas, teria sido decisiva para o desenrolar da GSE, pelo menos no que respeita às repercussões no teatro de operações da Península Ibérica.

A análise que se segue inclui a participação de Portugal na GSE e uma descrição pormenorizada da batalha. Faremos, posteriormente, uma outra análise da batalha de Almansa no âmbito da GSE, à luz dos princípios da guerra, sem esquecermos os factores de degradação e as consequências políticas, económicas e militares da mesma contenda. Terminaremos, adiante, com algumas mensagens em jeito de considerações finais.

Aprendemos com os nossos mestres que se devem tirar lições da História e aprender com a experiência de todas as gerações, mesmo (ou, sobretudo) quando sofremos as mais pesadas derrotas. Apesar desta batalha ter constituído um marco no desenrolar da GSE na Península

---

\* Tenente-Coronel de Artilharia, com o Curso de Estado-Maior, o mestrado em Estratégia no ISCSIP e o Curso de Defesa Nacional no IDN. É Assessor de Estudos no IDN e Professor das disciplinas de “Relações Internacionais e Estratégia” na Pós-Graduação em Guerra de Informação e de “História do Pensamento Estratégico” no Mestrado em História Militar, na Academia Militar. Autor de diversas obras, é assíduo colaborador da CPHM.

<sup>1</sup> Expressão incluída na carta do marquês das Minas ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real (datada de 6 de Abril de 1717).

<sup>2</sup> A expressão «Almansa» é tipicamente espanhola e portuguesa (daí a nossa opção textológica, apesar de alguns autores portugueses usarem também a expressão «Almanza»), enquanto que «Almanza» é a expressão anglo-saxónica.

<sup>3</sup> O monarca português viria a falecer no dia 9 de Dezembro de 1706.

Ibérica (sobejamente negativo para as hostes portuguesas e aliadas), muitos outros marcos determinariam o resultado final da guerra. No entanto, e na linha da análise escrita por Carlos Selvagem, não podemos deixar de destacar que o sangue derramado pelos portugueses nesta batalha e neste conflito, contribuiu de modo muito significativo para a afirmação de Portugal no concerto das nações da Europa, poucos anos depois de se ter tornado independente da vizinha Espanha.

Da bibliografia histórica destacaríamos as fontes primárias que nos foram facultadas pelo Arquivo Histórico Militar, em especial o *Diário Bélico*, de Frei Domingos da Conceição e duas cartas do marquês das Minas<sup>4</sup> dirigidas ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real.

Gostaríamos de agradecer o apoio que nos foi dado na revisão pelo Mestre Eurico Dias e pelo Dr. Pedro de Avillez e, sobretudo, o grande incentivo e colaboração que nos foram dados pelo Coronel Carlos Gomes Bessa (da CPHM), que inclusivamente nos cedeu um texto inédito da sua autoria, com o título *Ocorrências militares no reinado de D. João V*, em que aborda, com muito rigor e sentido crítico, a referida batalha de Almansa.

## 2. Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha

O conflito, que teve lugar entre as famílias imperiais dos Bourbons e dos Habsburgos pela sucessão do rei espanhol Carlos II,<sup>5</sup> prolongar-se-ia ao longo de 13 anos (de 1701 a 1714) em vários Teatros de Operações (TO), no âmbito de uma luta mais global designada de GSE, em que se confrontaram as potências continentais lideradas pela França (que apoiavam Filipe D'Anjou – o príncipe Bourbon, neto de Luís XIV e futuro Filipe V em Espanha) contra as potências marítimas lideradas pela Inglaterra (que apoiavam Carlos III, irmão do herdeiro do trono austríaco).

Esta guerra, muitas vezes incluída na tentativa do “equilíbrio europeu” pós-Vestefália, visava reduzir o poder das potências hegemónicas (a reunião das Coroas espanhola e francesa) e o controlo dos territórios ultramarinos e respectivas linhas de comunicação oceánicas, fundamentais para o desenvolvimento económico e comercial.

<sup>4</sup> Trata-se de duas cartas do marquês das Minas, presentes no copiadador manuscrito da sua correspondência para o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real: uma escrita de Alcira, a 26 de Abril de 1707 (dia seguinte ao da derrota); e a outra missiva escrita de Lérida, em 8 de Junho desse ano. Estes inéditos foram-nos facultados pelo Coronel Gomes Bessa, a quem manifestamente agradecemos.

<sup>5</sup> Que faleceu a 1 de Novembro de 1700 e não deixou descendência, apesar dos seus dois casamentos, o primeiro com Maria Luísa de Orleães e o segundo enlace com Ana de Baviera-Neuburg. Para mais pormenores, veja-se BORGES, João Vieira – «A Conquista de Madrid 1706 – Um Golpe de Audácia», in *Actas do XIV Colóquio de História Militar*, CPHM, Lisboa, 2005, pp. 227-246.

Portugal, que ainda se debatia com problemas de aceitação do seu renovado estatuto de potência independente pela maioria dos Estados Europeus, bem patentes ainda cerca de 35 anos depois do fim das guerras da Restauração, viria a optar inicialmente pela neutralidade, a que seguiria a aliança “cultural” e conjuntural à França. Pouco depois, teria lugar uma ampla reviravolta política, com a decisão lógica e estratégica da ligação à potência marítima, a Inglaterra, uma opção afirmada no tratado de Methuen (assinado a 27 de Dezembro de 1703), um dos pilares mais fortes da aliança anglo-portuguesa e que perduraria, por muitos anos.

Portugal participaria nesta guerra<sup>6</sup> durante os anos de 1704 a 1713, ao lado dos interesses ingleses, austríacos e holandeses e contra os oponentes franceses e espanhóis. Esta opção transformaria Portugal na “testa-de-ponte” das forças aliadas para a conquista da Península Ibérica, o que se traduziu na colocação da fronteira do próprio conflito coincidente com a fronteira de Portugal.<sup>7</sup>

O objectivo dos aliados, colocar o Arquiduque Carlos no trono de Espanha, implicava a invasão (e ocupação) de território espanhol, pela fronteira portuguesa, a par da ocupação estratégica de Gibraltar, Valência, Barcelona, Maiorca e Minorca, consistia numa manobra de diversão, sita a ocidente.

Os objectivos de Portugal passavam por: alcançar alianças estratégicas mais favoráveis na Europa e fortalecer a sua fronteira com a Espanha; fixar as fronteiras meridionais do Brasil, na margem esquerda do rio da Prata; assegurar a manutenção da colónia de Sacramento; libertar as regiões do norte do Brasil, das pressões da França; assegurar o comboiar das rotas para o Ultramar, em especial para o Brasil; manter o equilíbrio global entre as forças continentais e marítimas; reforçar as relações comerciais com a Inglaterra, a Holanda e outros países europeus, tendo Lisboa como entreposto.

Para Portugal, as hostilidades tiveram início a 7 de Maio de 1704, com a invasão do território nacional por Salvaterra do Extremo e pelo Algarve. Durante as operações fronteiriças, que tiveram lugar entre 1704 e 1706, foi equacionada a “penetração em Castela pela fronteira entre Almeida e Ciudad Rodrigo” (1704) e, mais tarde, chegou a ser efectuado o cerco a Badajoz (1705).

<sup>6</sup> Em que os verdadeiros interesses nacionais estavam presentes nas suas possessões espalhadas pelo ultramar, que interessava salvaguardar. Dividimos simplificada e a participação de Portugal nesta guerra em três fases principais: as lutas fronteiriças; a conquista de Madrid; e da derrota de Almansa até ao tratado de Utreque.

<sup>7</sup> A Guerra da Sucessão de Espanha só viria a terminar após a celebração dos tratados de Utreque, de Rastadt e de Baden (1713-1714), com Filipe V a reinar em Espanha (o início do reinado da dinastia de Bourbon, que ainda hoje reina em Espanha), e com Carlos III a ascender ao trono austríaco após a morte do seu irmão José I.

Em 28 de Junho de 1706 (quando parte significativa das forças hispano-francesas estavam concentradas no cerco de Barcelona), uma força aliada comandada por D. António Luís de Sousa, marquês das Minas,<sup>8</sup> que tinha como objectivo principal a ligação às forças de Carlos III que se encontravam em Barcelona e a posse da Península, invadiu e conquistou Madrid, numa operação desenvolvida em cerca de 3 meses, por um exército com cerca de 20.000 homens, maioritariamente luso.

Depois da conquista de Madrid, as forças aliadas tinham uma situação privilegiada na Península, dado que tinham o controlo de Gibraltar, Valência, Barcelona, Saragoça e Minorca. O ano de 1706 foi o período mais favorável da guerra para as forças aliadas, numa altura em que Portugal serviu de plataforma de ataque contra o “rei Bourbon”. No continente europeu, a liderança militar de Marlborough dava aos aliados mais uma grande vitória em Rasmilliers (na Alemanha), onde o vitorioso general britânico derrotou, a 23 de Março um exército Bourbonico composto de 60.000 homens. Também nesta altura se renderam aos aliados as cidades de Lovaina, Bruxelas, Ambers e Gant.

No entanto, o grande exército aliado deixaria Madrid ao fim de 40 dias de controlo da cidade e deslocar-se-ia na direcção de Valência, a fim de se unir às forças do Arquiduque, o qual, vindo de Barcelona, atrasara o reforço das forças aliadas, já extenuadas por vários meses seguidos em campanha.

Entretanto, a situação começou a melhorar para Berwick, que conquistou Cuenca, Orihuela e Elche para Filipe V. Um mês mais tarde ocupava também Cartagena. Assim, toda a Castela, Múrcia e o sul de Valência encontravam-se de novo nas mãos de Filipe V no final de 1706 (inclusive, Alcântara e Badajoz mais a Sul, ambas as cidades junto à fronteira com Portugal).

A junção de Minas com as tropas de Carlos III deu-se em Guadalajara, onde sob a presidência do Arquiduque se efectuou um Conselho de Guerra, que decidiu o adiamento dos combates e a recolha aos quartéis de Inverno. As principais forças aliadas, sob o comando do marquês das Minas, instalaram-se em Valência, em Outubro de 1706, onde se mantivera até

<sup>8</sup> O título de “marquês das Minas” (e não “de Minas”, como é incorrectamente designado) foi concedido a 2 de Janeiro de 1608 por Filipe II de Espanha a D. Francisco de Sousa, que foi governador da Baía em 1591 e, mais tarde, capitão-general das capitânias de S. Vicente, de Espírito Santo e do Rio de Janeiro, com a administração das Minas (por ele descobertas) por cinco anos. A efectividade de mercê do marquesado viria a recair no seu neto D. Francisco de Sousa (1.º marquês – um dos nobres aclamadores de D. João IV, em 1640, Governador das Armas de Entre-Douro-e-Minho e embaixador extraordinário em Roma), por carta patente de 7 de Janeiro de 1670. Casaria com D. Eufrásia Filipa de Lima em segundas núpcias, sendo esta a mãe do 2.º marquês das Minas (por carta patente de 12 de Junho de 1674), D. António Luís de Sousa, e que conquistou Madrid a 28 de Junho de 1706.

à batalha de Almansa. Outras tropas aliadas encontravam-se nas províncias de Múrcia, de Aragão e no principado da Catalunha e até mesmo no Rossilhão (em França).

A 4 de Outubro de 1706, Filipe V entrava novamente em Madrid sem grandes dificuldades. Esta reconquista contribuiria decisivamente para o corte de comunicações entre o exército da Aliança e Portugal, com consequências complicadas ao nível do reabastecimento dos aliados.

Frei Domingos da Conceição chama a atenção para “os problemas que se criaram com a estadia de Inverno entre as tropas aliadas, muito especialmente com as uniões entre militares aliados e espanholas, o que levou a deserções e a algum desapego relativamente à missão de que estavam incumbidos”. Segundo Frei Domingos, “as mulheres valencianas terão contribuído indirectamente para muitas fugas e deserções ocorridas em Almansa” (*Diário Bélico*, p. 38).

Mas a história da batalha tem outros contornos...



Figura 1 – A batalha de Almansa [www.sindicom.gva.es]

### 3. A batalha de Almansa

#### 3.1. A Decisão

Depois da perda de Madrid em Outubro de 1706, era intenção do Arquiduque voltar a conquistar a capital. No início de 1707, com quartéis de Inverno em Valência, a situação era, apesar de tudo, favorável para os Aliados, pois tinham o controlo de um triângulo

estratégico próximo de Madrid: Saragoça, Barcelona e Valência, tendo estas últimas duas cidades saídas importantes para o mar Mediterrâneo. No entanto, a tomada da decisão relativamente a dar combate em Almansa seria muito discutida.

Numa carta de 26 de Abril (citada pelo Coronel Carlos Gomes Bessa), o marquês das Minas relata a Diogo de Mendonça que, “resolvera o General Galway que não obstante achar-se o inimigo entrincheirado o devíamos investir antes que lhe chegasse o socorro que esperava de 11 mil homens de Itália com o Duque de Orleães.” Segundo Gomes Bessa, outra razão para assim se proceder era a de aproveitar a ausência de um destacamento de cerca de oito mil homens mandado a Nola, ocupada pelos aliados segundo as informações obtidas por desertores inimigos e de outras vias.<sup>9</sup>

Na decisão de dar combate em Almansa, parece não terem tido demasiado peso os factores a seguir enunciados:

- A superioridade dos efectivos inimigos, em especial no que respeita à cavalaria;
- O cansaço a que seriam sujeitas as tropas aliadas e que, para efectuarem o ataque, teriam de antes realizar uma longa marcha durante toda a noite;
- A posição favorável do inimigo, amparado por uma fortaleza e por uma reserva de três mil cavalos na retaguarda e por montanha nas alas (e adiante com o vale por onde marchariam os aliados);
- A redução das tropas aliadas, por decisão do Arquiduque;
- A possibilidade do inimigo vir a ser reforçado em breve pelas tropas do duque de Orleães.

Nas cartas dirigidas a Diogo de Mendonça Corte-Real, o marquês das Minas não enjeita as culpas da decisão, nem faz qualquer crítica a Galway, o qual, para grande parte dos historiadores, terá sido o grande culpado da precipitada decisão.

A 10 de Abril, Galway terá tentado forçar o combate contra o inimigo, aproveitando-se da sua dispersão, intenção em que foi apoiado pelo conde de Fagel, o comandante das tropas holandesas, mas também por outros oficiais estrangeiros. Nessa altura, o marquês das Minas opôs-se determinadamente “porque sabia tinha o inimigo recebido gente e que o não faria sem receber o socorro de Milor Rives.” Este reforço, entretanto desembarcado em Alicante, só chegaria ao teatro de operações no dia seguinte, data a partir da qual o marquês das Minas deixou de manifestar qualquer oposição ao ataque. Mas as grandes críticas dirigiram-se, sobretudo, para o próprio Arquiduque, que reduzira as

<sup>9</sup> Berwick confirma nas suas memórias o envio de um destacamento de cerca de 2.500 homens de pé e 400 cavalos a Ayora.

forças aliadas de Valência em cerca de quatro mil infantes e dois mil cavalos no sentido de conquistar Madrid por três eixos: forças que entrariam por Castela (reforçadas por estes quatro mil infantes e dois mil cavalos); forças portuguesas que atacariam por Salamanca; e, de sul, as forças de Valência. O próprio marquês das Minas destaca este erro estratégico do Arquiduque em carta datada de 8 de Junho de 1706, ao referir que “o projecto que tanto contra minha vontade resolveu sua Majestade na sua última junta que se fez em Valença [...] não nos ajudou com algumas mas ainda nos tirou das nossas [forças].”

Mais crítico foi o marquês das Minas depois da batalha de Almansa, ao saber que o príncipe Eugénio escrevera a Carlos III para que o exército do marquês das Minas não entrasse em operações nem desse batalha sem ele e o duque de Sabóia chegarem a França (e atacarem Toulon).

Para Gomes Bessa, “é imperdoável e parece inacreditável um procedimento destes, tão pouco divulgado pelos cronistas da época, revelador de pesadíssimas responsabilidades a imputar a Carlos III pelo infeliz desfecho da batalha de Almansa, devidas à sua indecisão e deficiente chefia.”<sup>10</sup>

O Arquiduque, com as suas tropas catalãs e alemãs, foi para norte guarnecer a Catalunha e algumas partes de Aragão, enquanto Galway e Minas deveriam partir em direcção a Madrid e enfrentar as forças de Berwick. Petersborough foi, entretanto, chamado a Londres para dar satisfações das suas actividades recentes no Mediterrâneo.

### 3.2. Situação e Missão

Os números relativos às forças em confronto variam consideravelmente entre os diferentes autores, mesmo ao nível dos historiadores portugueses.

De acordo com Alvarez-Coque (autor espanhol), os aliados seriam em número superior (33.000 contra 30.000<sup>11</sup>). Segundo outro historiador espanhol (mais recente), Pedro Voltes, “no total Berwick contava com 10.000 homens a mais e a sua cavalaria era muito maior e melhor que a aliada” (1990, p. 169).

Segundo Frei Domingos da Conceição, “Como hera terem os inimigos doze mil cavalos e vinte e tantos mil infantes e o nosso número ainda não chegava a 18.000 com infantaria e cavalaria.”

<sup>10</sup> BESSA, João Gomes – *Ocorrências militares no reinado de D. João V*, [texto inédito], p. 4.

<sup>11</sup> Curiosamente os mesmos números apresentados por Carlos Selvagem (*Portugal Militar*, p. 461).

Para o marquês das Minas foi clara a superioridade do inimigo tendo referido que “a grandeza do inimigo que era tão superior assim em cavalaria como infantaria como todos virão, excedendo-nos em mais de 3.500 cavalos e em uma grande porção de infantaria.” Destacou ainda, numa das suas missivas, que “era o poder contrário tão superior que não pode aproveitar o nosso grande trabalho e exemplar valor com que os portugueses se ocorreram naquela ocasião.” A juntar a este facto, destaca que as unidades “deram mais gente no mapa do que tinham”, o que torna ainda mais difícil definir, com rigor, os quantitativos existentes. Como a maioria das unidades não estavam, em rigor, completas, torna-se muito difícil estimar os elementos quantitativos a partir da ordem de batalha descritiva das unidades e dos canhões.

Optámos, então, pelas fontes inglesas (e, em especial, por John Lynch<sup>12</sup>) que apesar de alguma discrepância, são mais próximas entre si e dos valores apresentados por Frei Domingos da Conceição. Assim, a situação das forças dos dois exércitos não seria muito diferente da seguinte disposição:

#### Exército Aliado:

- Comando do marquês das Minas e do conde de Galway<sup>13</sup>;
- 45 terços e 57 batalhões de Cavalaria;
- 26 (ou 20) peças de artilharia;
- Total: cerca de 16.000 homens.

#### Exército das duas Coroas:<sup>14</sup>

- Comando do marechal duque de Berwick<sup>15</sup>;
- 51 batalhões e 76 esquadrões;
- 40 peças de artilharia;
- Total: cerca de 25.400 homens.

Para além da posição mais favorável do exército de Berwick (apoiado por uma fortaleza e por uma reserva de 3.000 cavalos na retaguarda e pelas montanhas na alas), o inimigo tinha superioridade em homens, em cavalos e em artilharia, mesmo sem considerar as

<sup>12</sup> LYNCH, John – *História de España. El siglo XVIII*, vol. XII, Editorial Crítica, Barcelona, 1991, p. 32.

<sup>13</sup> Henry de Massue, conde de Galway (1648-1720), soldado francês que serviu no exército inglês desde 1690 e que conquistou Madrid na GSE.

<sup>14</sup> Nem todas as unidades estavam completas, em especial as francesas que representavam cerca de 50% dos efectivos de Berwick. Das tropas espanholas, a cavalaria haveria de se mostrar melhor que a infantaria. Estava presente uma unidade irlandesa (o regimento de Berwick).

<sup>15</sup> James Fitzjames, duque de Berwick (1670-1734). Sobrinho de Marlborough e por ser crente católico romano, serviu no exército de Luís XIV. Esteve nas campanhas da Irlanda, Flandres e Espanha, acumulando vários sucessos.

forças de reforço do duque de Orleães,<sup>16</sup> com cerca de 11.000 homens que só mais tarde chegariam ao teatro de operações.

Independentemente dos números, era importante considerar no potencial estratégico das forças Aliadas o cansaço decorrente da estadia longa em terras de Espanha. Para Charles Petrie, “os custos da guerra na Península estavam muito elevados em vidas e horrores. Os soldados andavam mortos de fome, enfermos, mal preparados e equipados para um clima semi-africano, mal pagos, odiados, submetidos a emboscadas, assassinados, os ingleses continuavam a luta horrorosa, em condições miseráveis, sem ter a mais remota esperança de êxito” (1955, p. 233).

Apesar das limitações em todos os domínios, a “Missão restabelecida” dos aliados não terá sido muito diferentes de:

– “O Exército Aliado efectua uma marcha para o contacto, desde Valência, para a conquista de Madrid, e dá combate de encontro ao Exército das duas Coroas, se possível antes dos previstos reforços do Duque de Orleães.”

O “Conceito de Operação”, na nossa leitura, não estaria muito longe de:

– “Numa primeira fase, atacar o Exército das duas Coroas em Almansa, com cerca de 16.000 homens em duas linhas, e com as alas da Cavalaria reforçada com infantaria; numa segunda fase, reconquistar e reocupar Madrid.”

Com o diferencial negativo de forças acima descrito, as forças Aliadas, ao tomarem a iniciativa, tinham grande dificuldade em constituir duas linhas, sobretudo devido ao facto da primeira linha inimiga ser demasiado extensa e forte. A solução foi encontrada com uma maior aproximação entre as linhas dos Aliados.

Vejamos, de seguida, uma retrospectiva da batalha de Almansa...

### 3.3. Descrição da Batalha

Considerando as várias descrições (contraditórias) da batalha, optámos por uma adaptação da interpretação de David G. Chandler,<sup>17</sup> pela leitura feita no teatro de operações pelo capelão do marquês das Minas, Frei Domingos da Conceição e pelo relato do próprio duque de Berwick.

<sup>16</sup> Na campanha de 1707, em Itália, depois de Ramillies, Vendôme teve de voltar aos Países Baixos para fazer frente a Marlborough e foi substituído pelo duque de Orleães.

<sup>17</sup> Veja-se *Atlas of Military Strategy 1618-1878*, p. 49.

Berwick, depois de ter enviado forças sob o comando do marquês de Bay para a fronteira portuguesa, de modo a vigiar os reforços dos Aliados, sairia de Madrid a 15 de Fevereiro, e oito dias depois, chegava a Yecla, onde instalou o seu quartel-general. No mês de Março manteve-se em manobras para tomar posições. Entretanto, apercebendo-se de movimentações dos Aliados, deu ordem ao conde de Mahoni para, com cinco regimentos de cavalaria, reconhecer as posições e movimentações do inimigo. No início de Abril, apercebendo-se de que o inimigo traria mais forças do que pensava inicialmente, concentrou as forças em Chinchilla. A 21 de Abril instalou-se em Almansa, onde teve quatro dias para reabastecer (só no dia seguinte o faria, depois de seis dias sem forragens e sem pão), e para preparar posições, antes de enfrentar os Aliados.

Entretanto, saiu o marquês das Minas à campanha, comandando em Chefe o exército da Grande Aliança, que se formou a 6 de Abril no campo de Valhadas (onde se uniram os regimentos que estavam em Alcoi). A 9 de Abril, as forças Aliadas seriam reforçadas por 13 regimentos de infantaria e 4 regimentos de dragões “mui bem vestidos e mais bem equipados” (Frei Domingos da Conceição, p. 39) e acampariam em Caudette. As forças Aliadas foram conquistando sucessivamente Yecla (a 13 de Abril) e Montealegre (a 16 de Abril), sem grandes combates, mas enfrentado várias acções de guerrilha. Determinou o marquês das Minas sitiar Vilhena a 19 de Abril, acção que suspendeu, quando teve conhecimento que o inimigo havia retirado de Chinchilla para Almansa.<sup>18</sup> No dia 24 de Abril, o exército Aliado acampava “por cima” de Caudette. Segundo Frei Domingos da Conceição, “mandarão os generais chamar todos os officiais de capitam arriba para lhe comunicar que ao outro dia havião de dar batalha para que elles amo-estacem aos soldados a obrigação que tinhão, e logo mandarão reforçar as guardas e sahir piquettes porque as partidas dos ignimigos se avezinharão munto as nosas guardas” (p. 41).

Às oito da manhã de 25 de Abril de 1707, os Aliados avançaram até à população amuralhada de Almansa, onde encontrariam as forças de Berwick cerca das 11h00.

António do Couto Castelo Branco dá-nos uma descrição muito colorida dos preparativos destacando, que “lhes fez horror a nossa resolução e sossego com que as tropas se metiam em ordem para se arrojamem sobre elles.” Vieram, então, os capelães absolver os soldados, antes do toque de batalha: “Ia toda a cavalaria formosa e a infantaria unindo-se as colunas as caixas e trompetas tocando com os timbreres e abusares, tudo alegre e

<sup>18</sup> De acordo com Pedro Voltes chegaram, entretanto, a Madrid as notícias de que haveria um movimento das tropas do arquiduque no sentido da reconquista da capital (em face da impopularidade que o duque de Berwick sofria) (1990, p. 168).

bizarria bélica.” No entanto, esta disciplina inicial não seria mantida até ao final da batalha.

O ataque deu-se pelas 15H00. O marquês das Minas (que estava doente havia seis dias) foi “por a cavalaria uma hora antes da peleja” e, de seguida, “meter a pelejar a nossa primeira linha.”

Os dois exércitos em confronto estavam formados em duas linhas estruturais:

- Berwick formou o seu exército em duas linhas defronte a Almansa, com a cavalaria espanhola na ala direita, a cavalaria francesa na ala esquerda e a infantaria ao centro (Charles Petrie, p. 239). Segundo David Chandler, o corpo de exército de Berwick teria 25.400 homens e 40 canhões. Entre os comandantes, destacou as formações e acções de D’Asefeld (segunda linha da ala direita), De Hessy (segunda linha da infantaria), St. Gilles (segunda linha ala esquerda), Popoli (primeira linha ala direita), Vicentillo (primeira linha da infantaria), La Badie (primeira linha da infantaria) e D’Avary (primeira linha da ala esquerda);
- Galway e Minas, que vinham de sul, dispuseram as suas forças em duas linhas, mas misturaram a cavalaria com a infantaria nas alas. O exército aliado, de acordo com David Chandler, tinha cerca de 16.000 homens e 26 canhões. Entre os comandantes, destacou as formações e acções de Galway (ala esquerda), Erle (primeira linha da infantaria ao centro), “Das Minas” (ala direita) e Shrimpton (segunda linha da infantaria ao centro). O exército Aliado era ainda mais conjunto e combinado que o de Berwick, pois incluía formações de holandeses, de alemães, assim como de ingleses e de portugueses. O marquês das Minas dispôs (por honra concedida) a cavalaria portuguesa no flanco direito, a qual tinha pela frente a cavalaria francesa em maior número. As unidades britânicas presentes eram os *Bays*, regimento de dragões n.ºs 3, 4 e 8, assim como os dragões de Peterborough e Pearce; também um batalhão misto da guarda, de granadeiros e *Coldstream*, os batalhões de linha n.ºs 2, 6, 9, 11, 17, 28, 33, 35 e 36, assim como a infantaria de Mountjoy, de Breton, de Bowle e de Mark Kerr (Charles Petrie, p. 239).

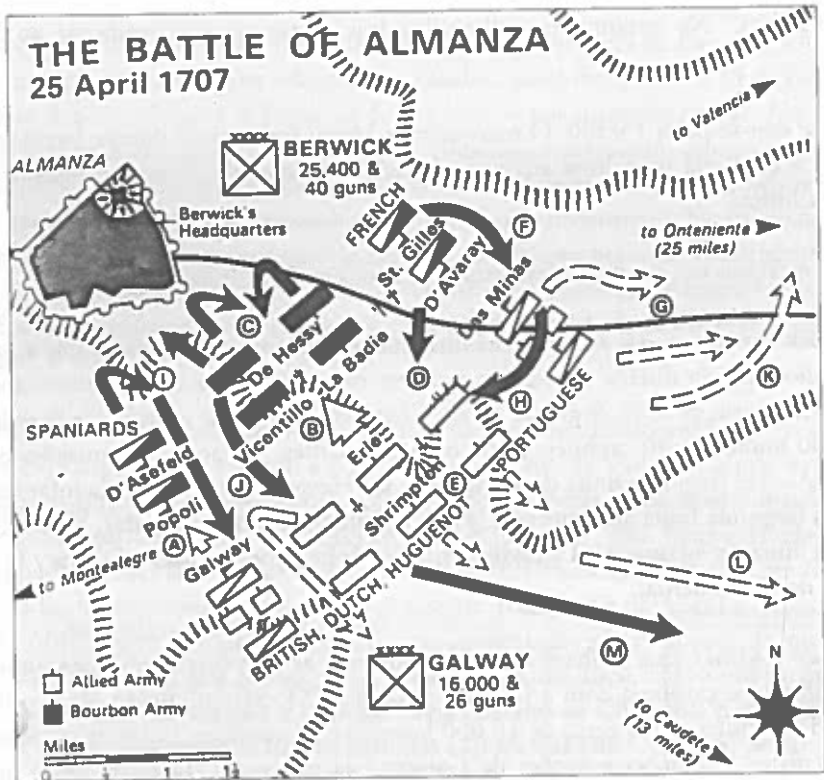


Figura 2 – Esquema da batalha de Almansa  
(David Chandler, in *Atlas of Military Strategy 1618-1878*, p. 49)

Vejamos, seguidamente e em vários passos, o desenrolar da batalha de Almansa, com o apoio do quadro de Chandler, das descrições de Berwick (citado por Charles Petrie) e do capelão do marquês das Minas, Frei Domingos da Conceição:

- A. O contacto inicial deu-se quando a ala esquerda da cavalaria de Galway, apoiada pelo fogo da infantaria, rompeu Popoli e bateu a ala direita Bourbon. De acordo com Berwick, os canhões da sua ala direita começaram efectivamente a disparar às três horas da tarde, “mas apenas haviam lançado 20 granadas quando o inimigo, tendo passado um grande caminho se apoderou da linha de alturas”, onde estava essa bateria. Para Berwick, a sua “cavalaria carregou sobre a esquerda do inimigo com tanta bravura que conseguiu abrir brecha, mas a infantaria inimiga fez tanto fogo sobre os nossos que se viram obrigados a ceder”;
- B. Ao centro, a primeira linha de Erle atravessou a primeira linha de infantaria de Vicentillo, sendo obrigada a recuar até à segunda linha de De Hessy;

- C. O centro “Bourbon” retirou para baixo da muralha de Almansa, em desordem. Mesmo nas palavras de Berwick, “no centro o inimigo havia derrotado o corpo principal da nossa infantaria e dois dos seus batalhões que haviam chegado a abrir caminho através das nossas duas linhas, avançaram até às muralhas de Almansa”;
- D. A cavalaria portuguesa falhou o ataque à ala esquerda “Bourbon”, levando D’Avaray a atacar, de flanco, as forças de Erle e Shrimpton. Segundo Berwick, a sua esquerda, “comandada por M. D’Avaray, havia efectuado várias cargas e ganhou algum terreno.” Ajudada pela brigada de La Sarren não conseguiu penetrar inicialmente na linha inimiga. Só com o apoio da sua direita, “depois de haver destruído tudo o que havia diante dela, avançou em ordem de batalha sobre o flanco esquerdo da direita do inimigo, levando este a retirar-se e a dispersar-se, tendo a sua infantaria sido destroçada”;
- E. As forças Aliadas concentram-se para a retirada;
- F. St. Gilles efectua uma rápida carga sobre a “inactiva” cavalaria portuguesa;
- G. A cavalaria portuguesa “foge” ao combate;
- H. St. Gilles ataca o centro aliado e rompe a infantaria portuguesa;
- I. Entretanto, D’Asefeld e Popoli reúnem para atacar a esquerda Aliada, que se encontra cercada. Galway será, entretanto, ferido;
- J. Berwick envia De Hessy em apoio do ataque de D’Asefeld. As forças Aliadas foram forçadas a desempenhar e a retirar numa operação efectuada com grandes dificuldades;
- K. Galway com 3.500 homens e 6 canhões retira sucessivamente para Onteniente. Berwick só deixará a perseguição a 30 de Abril;
- L. Shrimpton e 2000 homens tiram para Caudete;
- M. As forças de Shrimpton foram perseguidas durante oito milhas por D’Asefeld. Shrimpton refugiou-se na Sierra de Santa Barbara e, no dia seguinte, a 26 de Abril, rendeu-se “como prisioneiro de guerra”.

Semelhantemente à discussão em torno da ordem de batalha (em termos quantitativos das tropas em confronto), são várias as versões históricas e analíticas sobre as baixas sofridas em Almansa:

- Para Berwick, os Aliados tiveram 5.000 mortos, 10.000 prisioneiros, 120 pares de bandeiras e estandartes perdidos e toda a sua artilharia e a maioria da sua bagagem aprisionada. As perdas de Berwick ascendiam a 2.000 homens (Charles Petrie, 1955, p. 241);
- Para Winston Churchill (citado por Charles Petrie, p. 241, in *Marlborough: su vida y su época*, vol. III, p. 261), os aliados deixaram no campo 4.000 baixas, entre mortos e feridos, e 3.000 prisioneiros, em cerca de metade da sua força. Admite que os efectivos franco-espanhóis teriam tido um mínimo de 5.000 baixas;
- Para Dupuy, as baixas francesas teriam sido mínimas e as dos aliados situar-se-iam nos 5.000 mortos e feridos e nos 10.000 prisioneiros.

No que concerne à nossa análise, optamos pelo uso das fontes inglesas (mais próximas dos dados de Frei Domingos da Conceição) e que situam as baixas a um outro nível, tal como Chandler o registou:

- Aliados: 4.000 mortos e desaparecidos; 3.000 prisioneiros; 5.000 desertores; 20 peças;
- “Exército das Duas Coroas”: 6.000 mortos e feridos.

Foram indiscutivelmente significativas as perdas que os Aliados tiveram, porém não foram muito menores as dos inimigos, pois chegou, inclusivamente, a clamar-se pela vitória aliada durante a batalha. Daí que, apesar das críticas à participação das forças Aliadas e, em particular dos efectivos portugueses, o marquês das Minas soube defender os seus homens, esclarecendo a Diogo de Mendonça Corte-Real que, “não se diminuiu em coisa alguma a reputação das nossas tropas porque os nossos terços e cavalaria batalharam muito e obraram maravilhas refazendo-se na primeira linha sem ter amparo da segunda linha pela haverem desfeito os generais estrangeiros para alargarem a primeira vendo a grandeza dos do inimigo que era tão superior assim em cavalaria como em infantaria todos viram.”<sup>19</sup>

Para o marquês das Minas foi “igual ou maior a perda dos inimigos em mortos e feridos como eles confessam sendo infalível que se o conde Dona salvasse 14 terços<sup>20</sup> com que se recolheu à serra ficaria a vitória duvidosa ou aclamaríamos por nossa.”

Apesar de tudo, Galway (que, ao que parece, não terá sido ferido) e o marquês das Minas (que padecia de febre há alguns dias) conseguiram salvar da derrota total cerca de 11 esquadrões de cavalaria, 1.500 infantes ingleses e holandeses, efectivos que continuariam a lutar arduamente por terras de Espanha, em especial na Catalunha.

Para Berwick, e apesar dos elogios que teceu à bravura dos militares portugueses, os maiores problemas destes tiveram lugar com a cavalaria (para Frei Domingos da Conceição, “todos os portugueses pelejarão como leois e os que deram princípio a esta fuga forão as tropas estrangeiras como em todas as mais ocasiões”), e que teria fugido a toda a velocidade. Destaca a acção militar brilhante de um punhado de portugueses (que com brio incrível se deixou fazer em pedaços) dirigido pessoalmente pelo marquês das Minas, o qual teria a desgraça de presenciar a morte da jovem amante que o acompanhava vestida de homem. Esta versão, de que o marquês das Minas se fazia acompanhar da sua amante vestida de homem (e desempenhando as funções de ajudante-de-

<sup>19</sup> BESSA, João Gomes Bessa – *Ocorrências militares no reinado de D. João V*, [texto inédito], p. 6.

<sup>20</sup> Sabe-se hoje, com maior rigor, que teriam sido 13 terços: 5 ingleses, 5 holandeses e 3 portugueses.

-campo)<sup>21</sup> foi reforçada por quase todos os autores espanhóis, mas defendemos ser uma imagem trabalhada no sentido de denegrir a imagem do marquês das Minas (no sentido libidinoso), dado que este era o comandante português que tinha conquistado Madrid e ferido a alma espanhola.

Como refere Manuel Pinheiro Chagas, “esta derrota em nada macula a reputação militar do Marquez das Minas; previu-a, receou-a, e, se se aventurou a dar batalha, foi forçado pelo voto contrário de Lord Galloway...” (1902, p. 215).

#### 4. Análise da Batalha

Na Holanda e em Portugal “culpa-se” normalmente o conde de Galway pela derrota de Almansa. As culpas em português vão também para a rendição precipitada do conde de Dona (segundo Shrimpton), dado que, na perspectiva do marquês das Minas e de alguns historiadores, os 13 terços Aliados poderiam recolher sem perigo ao reino de Valença, tal como fez o conde de Atalaia, D. João Diogo de Ataíde, que decidiu correr os riscos e pôde, inclusivamente, retirar-se com os cavalos que o acompanhavam. O conde de Atalaia tentou várias vezes convencer o conde de Dona a não capitular, mas, no entanto, as tropas aliadas estavam de tal modo exaustas que já não haveria forças para a marcha de retirada.

Por outro lado, em Inglaterra, a “culpa” é normalmente atribuída ao Arquiduque, ao retirar à força aliada 14 batalhões e 29 esquadrões para os levar para a Catalunha.

No entanto, em termos tácticos, mais do que as culpas, a vontade e a coragem dos combatentes, é a capacidade e a arte dos comandantes que determina os caminhos da vitória ou da derrota. Uma visão muito rápida do estratega descortina facilmente as limitações das alas Aliadas (cavalaria) em face de um esforço bem concertado da infantaria ao centro. Por outro lado, a escolha de uma planície para a força que tinha superioridade em cavalaria deveria ter dado lugar à recusa em dar batalha por parte dos Aliados.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> Mesmo Pedro Voltas refere que: “El libidinoso marqués de Las Minas no había vacilado en traer a la batalla a la joven amante com que en aquel momento alegraba su vejez, y que, al parecer, vestía uniforme. Dicese que murió en el combate” (1990, p. 170). Charles Petrie refere ainda: “Das Minas, el que tuvo la desgracia de presenciar la muerte a su lado de su querida, que le acompaña vestida de hombre” (1955, p. 240).

<sup>22</sup> Para Manuel Pinheiro Chagas, para além do papel da cavalaria inimiga, também foi de destacar o hábil emprego da artilharia da ala direita (1902, p. 216).

Vejamos, no entanto, uma análise táctica da batalha de Almansa menos conjuntural e à luz de alguns dos princípios da guerra:

- A. A **Unidade de Comando**, sempre muito difícil de manter nos exércitos com nações coligadas, não foi respeitada em Almansa, onde as várias unidades agiram com alguma descoordenação e onde houve alguns conflitos ao nível da tomada de decisão entre os comandantes;
- B. A **Surpresa**, que seria importante preservar para uma força que se encontrava em minoria, não foi cuidada, defrontando-se as forças Aliadas com um inimigo que a esperava em posições preparadas há cerca de quatro dias;
- C. A **Massa**, ofendida com a premeditada divisão das forças Aliadas, efectuada pelo Arquiduque e que levaria consigo, para Barcelona, 14 batalhões e 29 esquadrões, num total de cerca de 4.000 infantes e 2.000 cavalos, os quais poderiam ter sido decisivos numa batalha que em determinada altura oscilou entre as duas partes;
- D. A **Superioridade de Meios no Ponto Decisivo**, que não foi cuidada dado que o ataque principal Aliado foi feito sobre o lado forte do inimigo (o seu centro e ala direita) com forças dispostas em terreno muito favorável e contando com o apoio muito próximo de volumosa reserva móvel;
- E. **Economia de Forças**, também não foi respeitada, porque as forças aliadas se empenharam imediatamente na primeira linha a quase totalidade da segunda linha, privando as forças Aliadas de uma reserva disponível para ocorrerem às situações que na parte final da batalha foram criadas.

Para além do desrespeito dos princípios da guerra, podem considerar-se alguns factores de degradação das forças Aliadas e que poderiam ter sido considerados pelos comandantes nas suas decisões, nomeadamente na possibilidade de não atacar as forças de Berwick. São exemplos de factores de degradação das forças Aliadas:

- O estado de cansaço excessivo das tropas Aliadas, que tinham acabado de fazer uma marcha forçada;<sup>23</sup>
- As diferentes opiniões dos vários comandantes das forças Aliadas e a obstinação de Galway pela ofensiva;
- Os problemas logísticos, sobretudo devido ao corte das ligações terrestres a Portugal, que levaram a que os reforços do duque do Cadaval não tivessem tido lugar;
- A hostilidade permanente da população da zona, com acções directas e indirectas sobre as forças Aliadas e em especial sobre as forças inglesas e holandesas;

<sup>23</sup> Apesar de tudo, a determinação era bastante boa. De acordo com Pedro Voltas (1990, p. 169), o estado de espírito dos efectivos aliados era bom (Minas teria dito que em 12 dias estaria em Madrid, percorrendo 44 milhas).

- O ataque a uma força superior, estabelecida defensivamente num terreno geograficamente e militarmente apropriado;
- As forças pouco adequadas (agravada pela decisão do Arquiduque), quando era importante dispor de mais e melhor cavalaria (porventura mais concentrada numa das alas) para fazer face à inferioridade numérica e ao terreno favorável a acções da cavalaria, recurso mais abundante por parte do inimigo.

Na prática, podemos resumir em termos militares, dois tipos de erros cometidos pelas forças Aliadas:

- **Erro Tático**, na manobra mal planeada e desajustada, que se traduziu em dar combate em campo aberto com minoria de forças em cavalaria, mas também fruto da sobrançeria consubstanciada nas várias vitórias consecutivas conseguidas sobre Berwick;
- **Erro Estratégico**, na ausência de planos de contingência, mas também na dificuldade de entender a GSE como um todo.

As baixas foram de tal modo pesadas para ambos os lados e em especial para os efectivos Aliados, que as consequências da batalha de Almansa seriam necessariamente significativas, mas não determinantes ou únicas (como alguns autores reiteram) para o desenrolar da GSE na Península Ibérica.

Assim, o exército vitorioso, reforçado com a incorporação das forças do duque de Orleães que, segundo Charles Petrie (1955, p. 243), só chegaria ao teatro de operações no dia 26, dividiu-se em vários grupos e logrou, em pouco tempo, submeter toda a região de Valência, assim como de Aragão e da Catalunha. Durante os meses seguintes levaram-se a cabo uma série de operações de assédio nas províncias de Valência e de Aragão, resultando na conquista de Saragoça em finais de Maio.

O arquiduque Carlos estabeleceu a sua Corte e o seu governo em Barcelona, onde reinou com tranquilidade durante os quatro anos seguintes (só cairia em Agosto de 1714, às mãos de Berwick), apesar de ter perdido mais de metade dos seus súbditos e também a iniciativa em Espanha. Galway foi substituído por Stanhope e o corpo de tropas português continuou a servir sobre as ordens do conde da Atalaia. Entretanto, Carlos sucederia a seu irmão D. José no trono da Áustria como Carlos VI, em 1711, “roubando” muito da motivação e legitimidade à causa Aliada.

A GSE voltaria às fronteiras portuguesas e com o abandono dos aliados ingleses viveram-se tempos duros até à assinatura dos tratados de paz. O destaque nos anos finais da guerra vai para a heróica e vitoriosa defesa de Campo Maior, que obrigou ao levantamento do sítio em 29 de Setembro de 1712.

Negociaram a Paz de Utreque, a partir de 1710, o conde de Tarouca e D. Luís da Cunha, hábeis diplomatas que assinariam a paz com a França, em 11 de Abril de 1713, e com a Espanha, em 6 de Fevereiro de 1715.

Para Carlos Selvagem, “foram quase nulas [para Portugal] as consequências desta guerra, onde todavia as tropas portuguesas tinham desenvolvido um papel brilhante” (1931, p. 463). Destaca, mais adiante, que estas contendas constituíram, sobretudo, uma maneira de Portugal se afirmar na Europa e, em especial, relativamente a Espanha, que só havia reconhecido a independência de Portugal, após décadas de guerra, há apenas trinta e poucos anos.

Entre as consequências da batalha de Almansa podemos destacar que, apesar de ter constituído uma derrota para as hostes Aliadas e de ter contribuído de modo decisivo para o desenrolar da própria GSE, não limitaria Portugal nos objectivos políticos que se tinha proposto defender em 1703: o fortalecimento das fronteiras ibéricas e da América do Sul; a manutenção da colónia de Sacramento; a defesa do castelo de Noudar com o seu termo; a restituição de todas as povoações conquistadas a Espanha (com excepção de Olivença). Em termos políticos e económicos (mas também geopolíticos), Portugal ficaria numa dependência crescente relativamente à Inglaterra, o aliado preferencial no controlo das rotas marítimas comerciais queurgia preservar.

Por outro lado, as consequências económicas seriam claramente desastrosas mas recuperáveis alguns anos mais tarde com o advento das riquezas do Brasil.

Em termos militares, a guerra continuaria, sobretudo, junto da fronteira portuguesa com baixas elevadas e com reduzido aproveitamento das lições aprendidas e da experiência de combate, tal como se veio a constatar na reforma do Exército (as novas ordenanças de 1707, inspiradas na organização francesa), que levaria a reduções substanciais de pessoal com base nas habituais (e tão actuais) restrições económicas.

Apesar de tudo, não esqueçamos que o sangue derramado em Almansa, a par da conquista de Madrid e de outros actos heróicos das forças portuguesas durante a GSE, contribuiu de modo decisivo para a reafirmação de Portugal como Estado soberano e independente na Europa pós-Utreque, o que não havia sido o caso na Europa pós-Westefália.

## 5. Considerações Finais

A batalha de Almansa constituiu um forte revés para as forças Aliadas, para as tropas portuguesas e para o marquês das Minas,<sup>24</sup> o que não pode, nem deve, esconder a boa reputação dos militares e comandantes portugueses que se bateram com o seu sangue durante toda a GSE.

Houve factores de degradação que se acentuaram durante o decurso da batalha que levou à derrota com consequências para o desenrolar da GSE na Península Ibérica. Entre estes infortúnios, destacaríamos o cansaço das tropas Aliadas, já por si em minoria (e em especial, em cavalaria), as dificuldades de reabastecimento das forças e os problemas de liderança numa força combinada, dividida pouco antes pelo próprio arquiduque Carlos.

Dos ensinamentos que retiramos para os dias de hoje (a GSE é considerada por muitos autores como a primeira Guerra Europeia da Idade Moderna), em que continuamos a projectar forças militares como instrumento da política externa portuguesa, destacaríamos que:

- É necessário possuir uma força militar preparada e organizada para a projecção da política externa do Estado, sem descurar os “vazios de força” e, por inerência própria, a missão prioritária de salvaguarda da independência e da integridade do território nacional;
- É importante assegurar a autonomia (possível) em termos de transporte, de comando e controlo e de sustentação das forças destacadas;
- Constitui um imperativo do planeamento, definir e cuidar das relações de comando, quando da participação em acções militares no exterior com forças conjuntas e combinadas;
- É fundamental saber explorar os sucessos e dissimular os insucessos, especialmente em forças conjuntas e combinadas;
- Se devem cuidar das lições aprendidas, especialmente quando está em causa o sangue dos portugueses.

A batalha de Almansa foi um marco importante na viragem da GSE na Península Ibérica. No entanto, outros marcos determinariam o resultado final desta Guerra, desde as batalhas que tiveram lugar na Europa central até às circunstâncias fortuitas, como a morte do irmão do Arquiduque e que levaria inesperadamente este ao trono da Áustria. Indis-

<sup>24</sup> Tal como referiu Manuel Pinheiro Chagas, “é justo que ao Marquez das Minas caiba a responsabilidade de Almanza como lhe cabe a gloria da marcha ousada e victoriosa, que poz nas mãos dos aliados a capital da Hespanha” (1902, p. 213).

cutível é que o sangue derramado por milhares de portugueses nos campos de Almansa (e ao longo de toda a GSE) terá contribuído para a afirmação de Portugal relativamente à Espanha e ao concerto das nações europeias e onde pretendia recuperar o seu espaço, depois de sessenta anos de jugo espanhol.

A Guerra da Sucessão de Espanha em geral, e a conquista de Madrid e a batalha de Almansa, em particular, marcaram o Portugal do início do século XVIII, sobretudo no que concerne à sua importância geopolítica e consequente opção estratégica: a partir de então, a aliança com a potência marítima (Inglaterra) tornou-se fundamental para a manutenção do império, para o controlo das rotas que abasteciam Portugal e, muito especialmente, para a manutenção de Portugal como Estado independente e soberano.

Saibamos estudar e entender não só as vitórias mas também as derrotas, para que possam constituir um estímulo para novas vitórias...

## FONTES PRIMÁRIAS

- CONCEIÇÃO, Domingos da – *Diário Bélico da entrada do nosso exército em Hespanha, no tempo da grande aliança contra Filipe V*, Academia de Ciências de Lisboa, 1706-1715 [cota 'série vermelha', n.º 45, da Academia de Ciências de Lisboa].
- SANNA, D. Vicente Bacallar y – *Comentarios de la Guerra de España e História de su Rey Phelipe V el animoso, desde el principio de su reynado, hasta la Paz General del año de 1725*, vol. I, Matheo Garviza, Génova, 1725 [cotas BD2-16383 e BC-519/521, do Servicio Historico del Ejercito, Madrid].

## BIBLIOGRAFIA DE SUPORTE

- ALVAREZ-COQUE, Aureliano e CASTRO, Juan – *Historia Militar*, 2.ª edición, Imprensa Escuela Tipográfica, Toledo, 1921.
- AYÁN, Carmen Sanz – *La Guerra de Sucesión Española*, AKAL Ediciones, Madrid, 1997.
- BESSA, Carlos Gomes [Coronel] – *Ocorrências militares no reinado de D. João V*, [texto inédito].
- BORGES, João Vieira – «A Conquista de Madrid 1706 – Um Golpe de Audácia», in *Actas do XIV Colóquio de História Militar*, CPHM, Lisboa, 2005.
- BORGES, João Vieira – *A Conquista de Madrid 1706: Portugal faz aclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo*, «Colecção Batalhas de Portugal», Editora Tribuna, Lisboa, 2003.
- BORGES, João Vieira – *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII: uma análise estratégica*, Atena, Lisboa, 2000.
- BRANCO, António do Couto Castelo – *Comentários sobre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha*, com prefácio e notas de Gastão de Melo Matos, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro – *História de Portugal*, vol. VI, 3.ª edição, Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1902.
- CHANDLER, David G. – *Atlas of Military Strategy 1618-1878*, [s. n.], London, 1980.
- DUPUY and DUPUY – *Encyclopedia of Military History*, Jane's Publishing, London, 1980.
- FERNÁNDEZ, Roberto – *Historia de España. La España de los Borbones y las reformas del siglo XVIII*, Temas de Hoy, Madrid, 1996.
- FRANCIS, David – *The First Peninsular War 1702-1713*, Ernest Benn, London, 1975.
- KAMEN, Henry – *La Guerra de Sucesion en España 1700-1715. Dimensiones Hispánicas*, Ediciones Grijalbo, Barcelona, 1974.

- LYNCH, John – *El Siglo XVIII: Historia de España*, vol. XII, Editorial Crítica, Barcelona, 1991.
- MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, 1987.
- PETRIE, Sir Charles – *El Mariscal Duque de Berwick: retrato de una época*, Espasa-Calpe, Madrid, 1950.
- SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1999.
- SOUSA, D. António Caetano de – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII, Parte II, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa, 1748.
- SOUSA, D. António Caetano de – *Memorias Historicas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal...*, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa, 1755.
- VOLTES, Pedro Bou – *La Guerra de Sucesión*, Editorial Planeta, Barcelona, 1990.